



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

Ass. n.º	10259/25
Subscrição	JP
Folha n.º	21

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONTEXTUALIZAÇÃO, MOTIVAÇÃO E JUSTIFICATIVA

1.1. O presente Termo de Referência visa a realização de chamamento público, nos termos da Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014 e suas alterações, Decreto Federal nº 8.726 de 27 de abril de 2016, Decreto Municipal nº 404, de 25 de outubro de 2018 e pelo demais normativos aplicáveis para seleção de projetos de Organização da Sociedade Civil (OSC) que estejam em consonância com este Termo;

1.2. A Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca realiza a doação de equipamentos agrícolas para atendimento à cadeia produtiva do agronegócio nas propriedades de agricultura familiar, com foco no fortalecimento dos produtores rurais familiares dos municípios do Estado do Espírito Santo;

1.3. Como o Município de Santa Teresa foi contemplado com 01 (um) Caminhão Carroceria Madeira, faz-se necessária a seleção de Associação que tenha necessidade desse equipamento, uma vez que visa ao atendimento das necessidades dos produtores rurais do Município, para dinamizar a execução das atividades diárias dos produtores rurais associados em suas lavouras, especialmente no que diz respeito ao transporte de safras agrícolas;

2. OBJETO

2.1. O referido termo objetiva selecionar projeto de Organizações da Sociedade Civil -- OSC para celebração de Acordo de Cooperação com o Município de Santa Teresa para destinação de equipamentos doados pela Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca -- SEAG, pelo prazo de 05 (cinco) anos, podendo ser transferidos às OSCs a titularidade do bem remanescente na data de conclusão da parceria, de acordo com a aprovação da Comissão de Avaliação e Monitoramento e do Gestor da parceria.

2.2. O bem foi doado pela Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca -- SEAG.

2.3. Descrição do item:

2.4. O bem a ser repassado por meio de Termo de Cooperação possui a seguinte descrição:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

Processo n°	10259/15
Rubrica	Folha n°
<i>[assinatura]</i>	22

LOTE 01

01 (um) Caminhão Carroceria Madeira, Marca MERCEDES BENZ, Modelo ACCELO 817/39 4x2, Cor, Branco, Chassi n° 9BM951102SB410712, Placa TOG8136, Nota Fiscal n° 724533, Estado de Conservação Ótimo.

3. OBJETIVO QUE JUSTIFICA A UTILIZAÇÃO DO BEM

3.1. Caminhão Carroceria Madeira - O veículo será utilizado para transporte de safras e insumos agrícolas. O equipamento é de extrema importância para os produtores de café e demais culturas, será disponibilizado para Associação de Produtores do município de Santa Teresa;

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

4.1. Poderão participar do Edital as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), assim consideradas aquelas definidas pelo art. 2º, inciso I, alíneas "a", "b" ou "c", da Lei Federal n° 13.019/2014 (com redação dada pela Lei n° 13.204/2015), Decreto Municipal n°404, de 25 de outubro de 2018 e pelas demais normativas aplicáveis:

4.1.1. Entidade privada sem fins lucrativos (associação ou fundação) que não distribua entre os seus associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

4.2. Para participar do Edital, a OSC deverá cumprir as seguintes exigências:

4.2.1. Apresentar a documentação exigida pelo presente Termo de Referência, bem como a regularidade fiscal e documental descritas nos itens 6.1 e 6.2 do Termo de Referência;

4.2.2. Protocolar, na data estipulada, toda a documentação citada no item anterior.

4.2.3. Declarar, conforme modelo constante no Anexo VI – **Declaração de Ciência e Concordância**, que está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital e

[assinaturas]



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

Processo n.º	1025945
Rubrica	Folha 23

seus anexos, bem como se responsabiliza pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção;

4.3. As Entidades interessadas em participar dessa chamada pública devem atender as seguintes condições cumulativamente:

4.3.1. Em seu Estatuto Social constar expressamente sua natureza, objetivo, missão, público alvo e atender ao parágrafo I, do Art. 33 da Lei Federal nº 13.019/2014;

4.3.2. Comprovar, no mínimo, 01 (uma) atividade produtiva voltada para a agricultura familiar, relacionada ao objeto do presente chamamento público;

4.3.3. Comprovar a existência mínima de 02 (dois) anos, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ; e

4.3.4. Manter sobre sua guarda toda documentação referente ao Termo de Cooperação pelo prazo de 10 (dez) anos.

5. INSCRIÇÃO:

5.1. As Organizações da Sociedade Civil (OSC) poderão concorrer ao equipamento constante no Edital de Chamamento Público para celebração do Acordo de Cooperação;

5.2. No ato da inscrição as Entidades interessadas deverão entregar 02 (dois) envelopes lacrados, com as seguintes identificações;

5.2.1. ENVELOPE A – Proposta – Edital de Chamamento Público nº XXX/2025, contendo os documentos, previstos no item 6.1 do Termo de Referência;

5.2.2. ENVELOPE B – Documentos de Habilitação para Celebração de Acordo de Cooperação - Edital de Chamamento Público nº XXX/2025, contendo os documentos, previstos no item 6.2 do Termo de Referência;

5.3. Os envelopes deverão ser lacrados, rubricados e protocolados do Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, localizada na Rua Darly Nerty Vervloet, nº446, Santa Teresa – ES, nos horários 08h00min às 11h00min e 12h30min às 15h30min;

5.4. Pesos e notas serão calculados de acordo com o quadro respectivo a cada item:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

Processo n.º	10259/15
Rubrica	jp
Folha n.º	29

ITEM	CRITÉRIO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
01	Número de produtores rurais familiares pertencentes à OSC, devidamente comprovado.	1 ponto por produtor	40
02	Número de agricultoras associadas	1 ponto por mulher	30
03	Tempo de atividade da OSC em anos	1 ponto por ano	10
04	Número de associados que possuem agroindústrias regularizadas	1 ponto por agroindústria	10
05	Parceria da entidade ou associados com outras instituições, órgãos, entidades devidamente comprovadas.	1 ponto para cada parceria apresentada	10
TOTAL			100

5.5. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento (02). Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos critérios de julgamento (01) a (04). Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada vencedora a entidade com mais tempo de constituição;

5.6. A aprovação das propostas pelo Município de Santa Teresa fica condicionada ao parecer conclusivo da Comissão de Seleção, o qual será submetido à homologação do Prefeito Municipal;

5.7. A lista final de classificados dar-se-á por ordem de pontuação.

6. DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA:

6.1. DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA ANÁLISE DAS PROPOSTAS

- Ofício solicitando inscrição proposta;
- Proposta conforme modelo anexo;
- Relatório de atividades realizadas pela entidade nos últimos 02 (dois) anos com material fotográfico;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

Processo n.º	10259/25
Rubrica	Folha n.º 25

- d) Declaração informando os responsáveis pela coordenação e execução do projeto, devidamente identificados e qualificados;
- e) Relação dos beneficiários a serem atendidos com o projeto com nome, endereço, produtos agrícolas a serem comercializados;
- f) Declaração de ciência e concordância dos termos do edital conforme anexo VI;
- g) Documentos comprobatórios para pontuação descritos no item 5.4

6.2. DOCUMENTAÇÃO (HABILITAÇÃO) NECESSÁRIA PARA CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO:

- a) Cópia do Estatuto registrado e suas alterações;
- b) Cópia da Ata da última eleição e posse do quadro dirigente atual ou documento equivalente;
- c) Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e Órgão Expedidor da Carteira de Identidade e número de registro no Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- d) Plano de Trabalho devidamente preenchido e assinado pelo representante legal;
- e) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, emitida do site da Secretaria da Receita Federal do Brasil, que comprove mínimo de 2 (dois) anos de cadastro ativo;
- f) Comprovação de que a Organização da Sociedade Civil funciona no endereço declarado;
- g) Prova de regularidade de Tributos Federais e Dívida Ativa da União (certidão emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional e pela Secretaria da Receita Federal);
- h) Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- i) Comprovação de Regularidade perante a Fazenda Municipal: Certidão dos Tributos relativos Município de Santa Teresa – ES;
- j) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"
"Doce Terra dos Colibris"

Processo nº	10259/25
Rubrica	26

- k) Certidão Negativa de débitos trabalhistas (CNDT) por meio do endereço eletrônico: www.tst.jus.br/certidao;
- l) Certidão Negativa do Tribunal de Contas;
- m) Declaração do representante legal da Organização da Sociedade Civil informando que a mesma, bem como seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas no art. 39 da Lei Federal nº 13.019, de 2014;
- n) Declaração de que a Organização da Sociedade Civil possui capacidade técnica instalada para receber e operacionalizar o equipamento pleiteado;
- o) Declaração de que não emprega menor;
- p) Declaração de que a organização não deve prestações de contas a quaisquer órgãos federais, estaduais e municipais.

6.3. A Organização da Sociedade Civil será notificada para regularizar a documentação em até 5 (cinco) dias úteis, caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados ou quando as Certidões não estiverem disponíveis eletronicamente, sob pena de não celebração da parceria;

6.4. Os documentos deverão ser apresentados em cópias autenticadas por cartório de notas e ofício competente ou cópia autenticada por servidor público da Prefeitura Municipal de Santa Teresa - ES.

7. DOS IMPEDIMENTOS:

7.1. Não poderão participar do processo de chamada pública as entidades que:

7.1.1. Estejam em processo de insolvência ou dissolução;

7.1.2. Encontre-se em uma ou mais das situações de vedações previstas na Lei 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações;

7.1.3. Estejam incluídas no Cadastro de Inadimplência das Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Municipal, ou por qualquer motivo não apresentem regularidade fiscal;

7.1.4. Tenham como dirigente agente político de Poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da administração pública de qualquer esfera governamental, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

Processo n.º	10259/25
Rubrica	Folha n.º
<i>[assinatura]</i>	27

7.1.5. Estejam inadimplentes com o Município de Santa Teresa na Prestação de Contas de Convênios ou contratos anteriores;

7.1.6. Tiverem contas rejeitadas pela Administração Pública nos últimos cinco anos; e

7.1.7. Tiverem contas de parcerias julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos.

8. SERÃO ELIMINADAS DO CERTAME TODAS AS PROPOSTAS QUE:

8.1. Não apresentar, no prazo estabelecido, os documentos exigidos ou não cumprir os requisitos para análise da proposta descritos no item 6 (seis) deste Termo de Referência;

8.2. Enquadrar-se em uma ou mais situações elencadas no item 7 (sete) deste Termo de Referência;

8.3. Não tenha como finalidade comprovada o benefício a agricultores familiares no município de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo;

8.4. Os objetivos não estejam de acordo com os que foram propostos nesse Termo de Referência; e

8.5. Apresente informações não comprovadas ou qualquer situação que inviabilize o projeto na forma proposta.

8.6. Será dado ao proponente vencedor o prazo de 5 (cinco) dias úteis para sanar eventuais irregularidades documentais encontradas em sua proposta.

8.7. As propostas serão analisadas com base nos seguintes critérios, conforme os itens apresentados:

- A critério da Comissão de Seleção poderão ser solicitadas informações complementares à proposta apresentada;
- A Comissão de Seleção verificará o envio, a validade, a regularidade da documentação e o atendimento às exigências deste Termo de Referência;
- Os projetos poderão ser aprovados integral ou parcialmente em decorrência da análise técnica efetuada; e



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

Processo n.º	10259/15
Rubrica	Folha n.º
<i>JP</i>	28

- d) Na seleção dos projetos a Comissão de Seleção levará em conta a equidade na distribuição dos recursos, com o objetivo de contemplar o maior número de entidades possíveis do município.

9. RECURSOS

9.1. O proponente poderá interpor recurso contra os resultados do Chamamento Público, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar de sua publicação do resultado final. O recurso deverá identificar a proposta, ser endereçado e protocolado no Protocolo Geral da Prefeitura de Santa Teresa, localizada a Rua Darly Nerty Vervloet, nº 446, Santa Teresa-ES, CEP 29650-000, Tel.: (27) 3259-3900, nos horários de 08h30min às 11h00min e 12h30min às 15h30min;

9.2. Interposto o recurso, a Comissão de Seleção o analisará no prazo de 5 (cinco) dias úteis, podendo submetê-lo à autoridade competente para manifestação;

9.3. Os recursos apresentados serão analisados e julgados pela Comissão de Seleção;

9.4. Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo sem interposição de recurso, a Administração Pública deverá homologar e divulgar o resultado definitivo em sítio eletrônico;

10. CELEBRAÇÃO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO

10.1. Homologado o resultado, serão abertos os envelopes "B" para análise e aprovação. A Entidade contemplada será convocada para celebração de Acordo de Cooperação;

10.2. O Acordo de Cooperação deverá ter parecer em todas as fases: celebração, execução, fiscalização, prestação de contas e homologação da prestação de contas e ocorrerão em conformidade com a Lei 13.019 de 31 de julho de 2014, Decreto Municipal nº 404, de 25 de outubro de 2018 e legislação correlata vigente, aplicável ao caso;

10.3. É condição para celebração do Acordo de Cooperação que as certidões estejam dentro do prazo de validade;

10.4. A entidade convocada para celebração de Acordo de Cooperação terá o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a partir do recebimento da notificação, para assinatura do Termo, sob pena de ser considerada desistente; e



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

Processo nº	10259/15
Rubrica	Folha nº 29

10.5. Caso a Entidade não celebre o Acordo de cooperação no prazo estipulado ou por qualquer outro motivo, fica a critério da Prefeitura Municipal de Santa Teresa, convocar a próxima Entidade classificada;

11. RESPONSABILIDADES E SANÇÕES

11.1. A execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas deste Chamamento Público e da legislação específica, a Administração Pública, através da Comissão de Monitoramento e Avaliação poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Entidade:

- a) Advertência;
- b) Suspensão temporária da participação em Chamamento Público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, sancionadora, por prazo não superior a dois anos; e
- c) Declaração de inidoneidade para participar de Chamamento Público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item b.

11.1.1. As sanções estabelecidas nos itens a e b são de competência exclusiva do Gestor da Parceria, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a notificação da irregularidade à Entidade, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de aplicação da penalidade, se for o caso.

12. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DAS ENTIDADES:

12.1. Manter os bens em perfeito estado de conservação e uso, não podendo transferi-los a outrem, ficando sob sua responsabilidade a fiscalização de uso do referido bem;

12.2. Devolver o bem, objeto deste instrumento, em perfeitas condições, ressalvado o seu desgaste normal, na hipótese de sua rescisão antecipada;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

Processo n.º	
1025965	
Rubrica	Folha n.º
JP	30

12.3. Em caso de perda, a qualquer título, ou dano no bem cedido, ressarcir o PARCEIRO PÚBLICO pelos prejuízos causados, podendo, a critério do PARCEIRO PÚBLICO, essa reposição ser realizada por bem de igual valor, espécie, qualidade e quantidade;

12.4. Permitir ao PARCEIRO PÚBLICO a fiscalização do bem quando entender necessário a qualquer tempo;

12.5. Arcar com despesas de transporte, seguro ou quaisquer outras que venham a incidir sobre o bem, objeto da presente Cessão de Uso do Bem Público;

12.6. O equipamento deverá ser operado por pessoas capacitadas tecnicamente de acordo com as normas vigentes, ficando sob responsabilidade da OSC, encargos de todas as despesas funcionais, inclusive previdenciárias; e

12.7. Comprometer-se a encaminhar à Prefeitura Municipal de Santa Teresa, quando solicitado, um relatório sobre as condições de uso, local e estado de conservação do bem cedido;

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. A Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico reserva-se o direito de alterar o presente Termo de Referência, por conveniência da Administração, sem que caiba às entidades participantes do processo de seleção direito a qualquer indenização. Caso as eventuais alterações tenham repercussão no plano de trabalho e ensejem sua adequação, será fixado novo prazo para sua apresentação;

13.2. É facultada a Comissão de Seleção promover diligências destinadas a esclarecer o processo, bem como solicitar a comprovação de qualquer informação apresentada pela entidade; A efetiva celebração dos Acordos de Cooperação dar-se-á por ordem de classificação, pela Prefeitura Municipal Santa Teresa para tal finalidade;

13.3. O credenciamento poderá ser anulado a qualquer tempo se constatada documentação incompleta, falsificação de documento, inveracidade das informações ou qualquer outra ilegalidade no processo;

13.4. O chamamento público pode ser revogado por conveniência da Administração Pública, através de decisão fundamentada, sem que caiba aos participantes qualquer indenização;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

Processo n.º	10259/25
Rubrica	p
Folha n.º	31

13.5. A Prefeitura Municipal de Santa Teresa realizará o acompanhamento periódico do projeto a fim de assegurar sua eficácia e os resultados previstos quando da apresentação dos projetos;

13.6. A seleção das entidades proponentes não lhes assegura a celebração do Acordo de Cooperação, ficando a critério da Prefeitura Municipal de Santa Teresa decidir pela conveniência e oportunidade da realização deste ato;

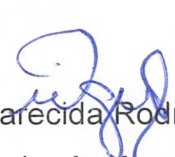
13.7. Para execução do objeto do Acordo de Cooperação as entidades deverão observar os princípios da impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e ética pública, bem como os ditames da Lei n.º 14.133, de 2021, no que couber;

13.8. É vedada a delegação da execução do objeto deste edital a Terceiros; e

13.9. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal 13.019 de 31 de julho de 2014 e suas alterações, Decreto Municipal n.º 404, publicado em 26 de outubro de 2018 e pelos demais normativos aplicáveis;

Santa Teresa, 01 de setembro de 2025.

Declaro que sou responsável pela elaboração do Termo de Referência visando Chamamento Público a fim de selecionar propostas de Organização da Sociedade Civil (OSC) para celebração de Acordo de Cooperação com o Município de Santa Teresa, para destinação de equipamento agrícola (01 caminhão carroceria madeira), para atendimento da cadeia produtiva do agronegócio nas propriedades de agricultura familiar, com foco no fortalecimento dos produtores rurais familiares do Município de Santa Teresa para constar como anexo ao edital.


Marilsa Aparecida Rodrigues
Engenheira Agrônoma



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

Processo n.º	10259/15
Rubrica	32

Declaro que sou responsável pela fiscalização do acordo de cooperação resultante do chamamento público.

Evandro Rodrigues de Oliveira

Técnico Agrícola

Aprovo o presente Termo de Referência, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas nas declarações e assinaturas acima.

Robson José Erler

Secretária Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

Processo n.º 10259/15	
Rubrica	Folha n.º 33

- **ANEXO I – A** – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA ANALISE DA PROPOSTA;
- **ANEXO I – B** – RELAÇÃO DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO DA PROPOSTA;
- **ANEXO II** – MODELO DE OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO;
- **ANEXO III** – MODELO DE PROPOSTA;
- **ANEXO IV** – DECLARAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELA COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROJETO;
- **ANEXO V** – RELAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DA ASSOCIAÇÃO;
- **ANEXO VI** – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA;
- **ANEXO VII** – RELAÇÃO NOMINAL DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE;
- **ANEXO VIII** – MODELO PLANO DE TRABALHO;
- **ANEXO IX** – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENDEREÇO;
- **ANEXO X** – MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO INFRIGÊNCIA ÀS VEDAÇÕES CONSTANTES NO ART.39, DA LEI FEDERAL Nº 13.019/2014;
- **ANEXO XI** – DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL;
- **ANEXO XII** – DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR; E
- **ANEXO XIII** – DECLARAÇÃO DE QUE A ORGANIZAÇÃO NÃO DEVE PRESTAÇÕES DE CONTAS A QUAISQUER ÓRGÃOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

Processo n°	10259/25
Rubrica	34

ANEXO I – A

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA ANÁLISE PROPOSTA

DOCUMENTAÇÃO	SIM	NÃO
Ofício solicitando inscrição proposta, conforme ANEXO II;		
Proposta devidamente preenchida e assinada pelo representante legal, conforme ANEXO III;		
Relatório de atividades realizadas pela entidade nos últimos 2 anos com material fotográfico;		
Declaração informando os responsáveis pela coordenação e execução do projeto, devidamente identificados e qualificados conforma ANEXO IV;		
Relação dos beneficiários a serem atendidos com o projeto contendo nome, endereço, produto agrícola a serem comercializados, conforma ANEXO V;		
Declaração de ciência e concordância dos termos do edital, conforme ANEXO VI;		
Documentos comprobatórios para pontuação descritos no item 5.4 do Termo de Referência		

Presidente da Associação dos Produtores



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

Processo n.º	10259/15
Rubrica	35

ANEXO I – B

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO DA PROPOSTA

DOCUMENTAÇÃO	SIM	NÃO
Cópia do Estatuto registrado e suas alterações;		
Cópia da Ata da última eleição e posse do quadro dirigente atual ou documento equivalente;		
Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e Órgão Expedidor da Carteira de Identidade e número de registro no Cadastro de Pessoa Física – CPF, conforme ANEXO VII;		
Plano de Trabalho devidamente preenchido e assinado pelo representante legal, conforme ANEXO VIII;		
Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica – CNPJ, emitida do site da Secretaria da Receita Federal do Brasil, que comprove mínimo de 2 (dois) anos de cadastro ativo;		
Comprovação de que a Organização da Sociedade Civil funciona no endereço declarado, conforme ANEXO IX;		
Prova de regularidade de Tributos Federais e Dívida Ativa da União (certidão emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional e pela Secretaria da Receita Federal);		
Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual;		
Comprovação de Regularidade perante a Fazenda Municipal: Certidão dos Tributos relativos Município de Santa Teresa – ES;		
Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal;		
Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT) por meio do endereço eletrônico: www.tst.jus.br/certidão ;		
Certidão Negativa do Tribunal de Contas;		
Declaração de representante legal da Organização da Sociedade Civil informando que a mesma, bem como seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas no artigo 39 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, conforme ANEXO X;		
Declaração de que a Organização da Sociedade Civil possui capacidade técnica para utilizar os equipamentos pleiteados, conforme ANEXO XI;		
Declaração de que não emprega menos, conforme ANEXO XII;		
Declaração de que a organização não deve prestações de contas a quaisquer órgãos federais, estaduais e municipais, conforme ANEXO XIII.		



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

Processo n.º	10259/25
Rubrica	36

ANEXO II OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO

(IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE/ LOGOMARCA)

OFÍCIO Nº

Santa Teresa, ____/____/____

A Sua Excelência Senhor
Kleber Médici da Costa
Prefeito Municipal

Assunto: Encaminhamento de documentação relativa Chamamento Público nº

Exmo. Senhor Prefeito,

Conforme termos do Edital CHAMAMENTO PÚBLICO Nº xxx/2025, solicito inscrição no certame, encaminho documentação necessária, com fins de análise e posteriormente firmar Acordo de Cooperação com o Município de Santa Teresa-ES.

Respeitosamente,

Nome e Assinatura do Presidente da Associação



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

Processo n.º	10259/25
Rubrica	Folha n.º 37

ANEXO III

PROPOSTA

(Papel timbrado ou nome da OSC)

Local, data

À Comissão de Seleção do Chamamento Público nºXXX/2025.

Senhor (a) Presidente:

Pelo presente apresentamos proposta para celebração de parceria com o Município, conforme Chamamento Público nº , nos seguintes termos:

a) ----- descrição da realidade que será objeto das atividades da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas;

b) ----- descrição de metas qualitativas e quantitativas mensuráveis, a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados, devendo haver detalhamento do que se pretende realizar ou obter, bem como quais serão os meios a serem utilizados para tanto;

c) ----- forma e prazo para a execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas;

d) ----- definição dos parâmetros a serem utilizados para aferição para o cumprimento das metas;

O detalhamento desta proposta dar-se-á no Plano de Trabalho a ser apresentado.

Nome e Assinatura do Presidente da Associação



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

Processo n.º	1025915
rubrica	38

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELA COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROJETO

A Associação _____, CNPJ _____, localizada em _____ DECLARA para os devidos fins, que os associados abaixo listados serão os responsáveis pela coordenação e execução do projeto.

NOME	FORMAÇÃO	FUNÇÃO NA ENTIDADE

Santa Teresa-ES, de _____ de 2025.

Nome e Assinatura do Presidente da Associação



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

Processo n.º	10259/15
Rubrica	JP
Folha n.º	39

ANEXO V

RELAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DA ASSOCIAÇÃO

Nº	BENEFICIÁRIO	ENDEREÇO	PRODUTO CULTIVADO

Santa Teresa-ES, de de 2025.

Nome e Assinatura do Presidente da Associação



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

Processo n.º	10259/25
Rubrica	90

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Declaro que a identificação da organização da sociedade civil – OSC está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital de Chamamento Público N.º ____/2025 e em seus anexos, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

Santa Teresa-ES, ____ de ____ de 2025

Nome e Assinatura do Presidente da Associação



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

Processo n.º	10259/23
Rubrica	Folha n.º 42

ANEXO VIII

PLANO DE TRABALHO

(Artigo 22 da Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015)

1 – DADOS GERAIS DA PROPONENTE

Nome:		CNPJ:
Logradouro (Avenida, Rua, Rod):		
Bairro:	Cidade:	CEP:
E-mail da Instituição:		Home Page
Telefone 1	Telefone 2	Telefone 3
Conta Corrente	Banco	Agência

2 - IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL LEGAL PELA PROPONENTE

Nome:		CPF:	
Nº RG	Órgão Expedidor	Cargo:	Função:
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.)			
Bairro:	Cidade:	CEP:	
Telefone 1	Telefone 2	Telefone 3	

3 - IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO PROJETO

Nome:		
Área de Formação:	Nº do Registro no Conselho Profissional	
Bairro	Cidade	CEP
E-mail do Técnico:		
Telefone do Técnico 1:	Telefone do Técnico 2:	

4 – OUTROS PARTÍCIPES (Indicar se existem outros parceiros para execução deste projeto. Se houver, incluir os dados de identificação).

Nome:		
CGC/CPF:		
Endereço:		
Bairro:	Cidade:	CEP:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

Processo n.º	10259/25
rubrica	43
Folha n.º	93

5 – DESCRIÇÃO DA REALIDADE

Descrever a evolução do trabalho da instituição a partir da sua fundação:

1. Breve Histórico da Organização da Sociedade Civil

(Sugere informar a data de criação, diretrizes da OSC, capacidade de atendimento, número de associados, principais trabalhos realizados e qualificação técnica dos profissionais permanente);

2. Caracterização do serviço socioassistencial

(Informar o tipo de serviço desenvolvido pela OSC, sua relevância social e interesse público)

3. Parcerias existentes

(Descrever de forma sucinta as parcerias existentes, origem das fontes de recursos e sua destinação)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

Processo n.º 10259/15	
Rubrica	Folha n.º 44

6 - SÍNTESE DA PROPOSTA

6.1 – Título da Proposta:

(resumo do objeto)

6.2 – Identificação do Objeto:

(Breve descrição, clara e objetiva, do que se pretende realizar na proposta e os resultados esperados)

6.3 – Objetivo Geral da Proposta:

(Relacionando com a situação problema que se deseja enfrentar com a execução do objeto, devendo estar em consonância com o serviço socioassistencial ofertado pela entidade):

6.4 – Objetivos Específicos da Proposta:

(Devem apresentar detalhadamente o objetivo geral, relacionando com os resultados a serem atingidos):

6.5 – Justificativa da Proposta :

(Deve expor os argumentos e as considerações sobre as necessidades que justificam a realização das ações/atividades propostas, indicando como irá contribuir para a mudança da situação problema apresentada. É a justificativa que fundamenta a necessidade de realização da parceria)

6.6 – Abrangência da Proposta:

6.7 – Público Beneficiário:

(Direto e Indireto):

6.7.1 Perfil do Público Beneficiário Direto:

(Caracterizar os beneficiários, informando faixa etária, renda, escolaridade, condição de moradia)

6.8 – Meta de Atendimento:

(Indicar percentuais de atingimento)

6.9 – Período Referência para Execução do Objeto:

Início:

Término:

6.11 – Metodologia e Abordagem da Proposta



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo
"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"
"Doce Terra dos Colibris"

Processo n.º	1025945
Rubrica	48
Folha n.º	48

7. CAPACIDADE INSTALADA

7.1 – Equipe de Associados

(Informar a composição da equipe de profissionais que atuarão na execução da proposta)

Nome	Documento Pessoal	Função na Entidade

7.2 Estrutura Física

() Própria () Cedida () Alugada () Outra

7.3 Equipamentos disponíveis

8 – MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DA PROPOSTA

8.1 Quais Técnicas de Monitoramento e Avaliação serão aplicadas durante a execução do objeto

(Indicar quais são as técnicas, quando serão aplicadas, e quais os objetivos da aplicação e quais os possíveis encaminhamentos que serão adotados com base nas informações obtidas durante o monitoramento e avaliação)

8.2 Sustentabilidade da Proposta

(Indicar se as ações/atividades terão continuidade após o término da vigência deste Termo ou quais estratégias serão utilizadas para garantir a continuidade das ações/atividades)

9 – DESCRIÇÃO DAS METAS E ETAPAS

Meta	Etapas

10 – DECLARAÇÃO DO PROPONENTE

Na qualidade de representante legal da **Organização da Sociedade Civil - OSC**, declaro, para fins de prova junto a **Prefeitura Municipal de Santa Teresa - ES**, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Estadual ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual, que impeça a realização deste termo ou qualquer instrumento legal com o Estado do Espírito Santo, na forma deste plano de trabalho.

Pede e espera deferimento

Santa Teresa-ES, ____ de ____ de 2025

Nome e Assinatura do Presidente da Associação



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

Processo n.º	10259/15
Rubrica	46

11 – APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

APROVADO.

Santa Teresa-ES, ____ de ____ de 2025

KLEBER MEDICI DA COSTA
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

Processo n.º 10259/15
Folha n.º 47

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE ENDEREÇO

_____, presidente
do(a) _____, CPF _____ e RG n.º _____,
DECLARO para os devidos fins e sob penas da lei, que a referida
Organização da Sociedade Civil, está sediada
no _____, conforme documento anexo.

Santa Teresa-ES, _____ de _____ de 2025

Nome e Assinatura do Presidente da Associação



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

Processo n.º	10259/15
Rubrica	48

ANEXO X

DECLARAÇÃO DE NÃO INFRINGÊNCIA ÀS VEDAÇÕES CONSTANTES NO ART. 39, DA LEI FEDERAL N. 13.019/2014.

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº _____ / 2025

CERTIDÃO

_____, presidente
do(a) _____, CPF _____ e RG nº _____,
CERTIFICO para os devidos fins e sob penas da lei, que a referida
Organização da Sociedade Civil, bem como seus dirigentes, não incorrem em
quaisquer vedações previstas no art. 39, da Lei Federal nº. 13.019/2014.

Santa Teresa-ES, _____ de _____ de 2025

Nome e Assinatura do Presidente da Associação



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

Processo n.º	10259/25
Submã	Folha n.º 49

ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL

Declaro que a associação _____, CNPJ n.º _____, possui disponibilidade de instalações, condições materiais, capacidade técnica e operacional para desenvolvimento das atividades previstas para o desenvolvimento das metas estabelecidas no objeto proposto.

Santa Teresa-ES, _____ de _____ de 2025

Nome e Assinatura do Presidente da Associação



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

Processo n.º	1025925
Rubrica	JP
Folha n.º	30

ANEXO XII

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

A _____, inscrita
no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante
legal o Sr. _____, portador da Carteira de
Identidade nº _____ e do CPF nº _____,
DECLARA, para os devidos fins do disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição
Federal de 1988, que não emprega menor de dezoito em trabalho noturno, perigoso
ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Santa Teresa-ES, _____ de _____ de 2025

Nome e Assinatura do Presidente da Associação



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"

Processo	10259/25
Rubrica	JP
Folha nº	51

ANEXO XIII

DECLARAÇÃO DE QUE A ORGANIZAÇÃO NÃO DEVE PRESTAÇÕES DE CONTAS A QUAISQUER ÓRGÃOS FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL

Declaro que a Associação _____, CNPJ nº _____, não se encontra com pendências de prestações de contas perante qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta Federal, Estadual ou Municipal, sob a pena de aplicação das sanções legais.

Santa Teresa-ES, _____ de _____ de 2025

Nome e Assinatura do Presidente da Associação